Camponês ou presidiário? Grandes projetos minerários e os desdobramentos da luta pela terra no sudeste paraense

Ana Cristina Sousa dos Santos[1]
Celia Regina Congilio[2]

RESUMO
Busca-se compreender as trajetórias sociais de encarcerados com origem camponesa e os pontos de convergência entre a luta pela terra, o trabalho camponês e determinados perfis de presidiários no sudeste paraense. Para tanto se entende que há necessidade de compreensão e análise das prisões no contexto da sociedade moderna capitalista como estratégia disciplinar e de dominação de classe, bem como os processos migratórios na região sul e sudeste do Pará, no contexto da implantação de grandes projetos econômicos, em especial os minerários, para a região amazônica. Temos por objetivo refletir sobre as trajetórias sociais de presos com origem camponesa do Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes - CRAMA, na cidade de Marabá, Sudeste paraense.
Palavras-chave: Mineração, luta pela terra, sistema carcerário.

ABSTRACT
It seeks to understand the social trajectories of inmates with peasant origin and the points of convergence between the struggle for land, peasant work and certain profiles of inmates in southeast Pará. To this end, it is understood that there is a need for understanding and analysis of prisons in the context of modern capitalist society as a disciplinary strategy and class domination, as well as migratory processes in the south and southeast regions of Pará, in the context of the implementation of large economic projects, especially mining, for the Amazon region. We aim to reflect on the social trajectories of prisoners with peasant origin of the Marian Antunes Agricultural Recovery Center - CRAMA, in the city of Marabá, Southeast of Pará.
Keywords: Mining, land fight, prison system

1. INTRODUÇÃO

Narrativa da história de vida de seu “Manoel” (nome fictício) interno do CRAMA:

> Sr. Manoel: natural da cidade de Bacabal/Maranhão: veio para o Pará em busca de trabalho e melhoria de vida.
> Profissão: pescador
> Delito: Artigo 121 do código penal - condenado a 16 anos de pena
> Quando foi preso estava desempregado. Começou a trabalhar aos nove anos de idade com o trabalho na roça junto com a família. Não alfabetizado. (não estudou por causa do trabalho na roça)
> Experiências profissionais: “diz que faz de um tudo”, servente e serviços gerais e que já trabalhou em uma grande empresa de construção civil.
> Perspectivas pós-cárcere: refere que pretende trabalhar como pescador ou de qualquer outra atividade para cuidar da sua família (entrevista realizada por Ana Cristina Sousa dos Santos em outubro/2020).

[1] Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA/UNIFESSPA e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Mudança Social no Sudeste Paraense – GEPEMSSP.
[2] Profa. Dra do PDTSA e da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins/UNIFESSPA, membro do GEPEMSSP e do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais-NEIS/PUCSP.

Iniciamos esse artigo com esse pequeno histórico de vida, que não é muito diferente de outros apenados no CRAMA, presídio que se configura como a principal casa penal do sudeste paraense e com um quantitativo de detentos significativo. O Centro de Recuperação Mariano Antunes - CRAMA está localizado na Mesorregião de Carajás formada por 39 municípios e cerca de 1,8 milhões de habitantes (IBGE, 2014) entre as quais camponeses, indígenas e comunidades ribeirinhas. Esses municípios possuem também populosos centros urbanos, formados principalmente nos últimos 40 anos, em função dos grandes projetos minerários implantados na região.

Busca-se nesse artigo refletir sobre as trajetórias sociais de encarcerados com origem camponesa e os pontos de convergência entre a luta pela terra, o trabalho camponês e determinados perfis de presidiários. Para tanto se entende que há necessidade de compreensão e análise das prisões no contexto da sociedade moderna capitalista como estratégia disciplinar e de dominação de classe. Em parte dessa compreensão destacamos Foucault (2008), que traz elementos importantes para a compreensão da história das prisões e de outras instituições, como escolas, quarteis, hospitais que historicamente foram espécies de laboratórios para formação do conceito e da propriamente dita sociedade disciplinar. Segundo Foucault (2008) os indivíduos estão todo o tempo vigiados e se requerem deles comportamentos e cumprimento de normas de acordo com padrões socialmente estabelecidos.

Para além das concepções de Foucault, centradas no indivíduo, inserimos a discussão sobre Estado nas perspectivas de Marx (1998) e Engels (1876), compreendendo a luta de classes, e nela a luta pela terra, como elemento dessa trajetória que faz de camponeses, sujeitos encarcerados. Nessa perspectiva, Massaro (2014) e Wacquant (1999) nos conduzem à história das prisões e o contexto do sistema de encarceramento brasileiro em massa de trabalhadores não incorporados ao sistema produtivo, ou o que Marx chamaria de excedente de força de trabalho e/ou lumpemproletariado.

Para explicar o movimento da produção capitalista Marx nos diz que o processo de acumulação primitiva dá origem à acumulação capitalista, modo de produção em que os burgueses industriais acumulam riquezas e no qual à classe trabalhadora, desapropriada dos meios e dos produtos do trabalho, resta apenas a possibilidade de vender sua força de trabalho. Marx chamou essa passagem história em que os trabalhadores perdem meios de produção e vendem sua capacidade em realizar

trabalho nas condições impostas pelos capitalistas como “o pecado original da economia”.

> O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção pelos quais realizam o trabalho. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho. Um processo que transforma o capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, Vol. II, 2008, p. 828).

A partir desses enunciados, a discussão sobre a função social do trabalho e possibilidades alternativas de sobrevivência, quais não sejam as de subsunção à acumulação de capital, nos parecem premissas necessárias:

> A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, teremos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (MARX, 2017, p. 327).

Na ausência das considerações colocadas acima por Marx, percebe-se que, em grande parte, a população carcerária aqui em foco tem vivenciado trajetórias de vida adversas, como desemprego, exclusão e vulnerabilidade social e, isso, tem sido significativo e relevante para que pessoas venham a praticar crimes e consequentemente se tornarem encarceradas do sistema penal. Trata-se da realidade de parte da população sem terra e sem trabalho, a qual vivencia a ausência de políticas que assegurem, no campo, a dignidade humana.

Engels (1876) nos mostra que a partir do ponto de vista dos economistas, o trabalho é a parte de toda a riqueza e que todas as ferramentas necessárias de que o homem precisa a natureza se encarrega de fornecer. Mas para ele o trabalho vai além dessa definição, ou seja, “trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. É em tal grau que podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1876, p. 01). O autor para explicar essa afirmativa resgata o pensamento de Darwin sobre o surgimento do homem originado do macaco, onde descreve que o mesmo surge de uma raça de antropomorfos extraordinariamente desenvolvida, como a versão aprimorada dos nossos antepassados. Assim descreve:

> Esses macacos foram se acostumando a prescindir suas mãos o caminho pelo chão e começaram cada vez mais a adotarem uma posição ereta. Foi um

> passo decisivo para a transição do macaco ao homem. A maioria desses macacos apoiam no solo os dedos e encolhendo as pernas fazem avançar o corpo por entre os seus largos braços como um paralítico que caminha com muletas (ENGELS, 1876, p. 02).

Engels parte do entendimento de que nos dias atuais são várias as semelhanças dos macacos com os humanos, bem como o processo de transição que se deu a partir das mudanças das posições e avanços das pernas e braços encolhidos para uma posição ereta. Essa transição no seu desenvolvimento corporal se dá, na explicação de Engels, através da necessidade de utilização das mãos para a realização de funções variadas, principalmente a realização de atividades para seu sustento. Nesse processo a iniciação das atividades de trabalho realizadas pelos selvagens e primitivos demonstra a importância das mãos nas mais diversas funções e habilidades, transformando então as mãos em um órgão de trabalho fundamental no processo de transição e também produto dele, assim com explica o autor:

> Unicamente pelo trabalho pela adaptação e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido; unicamente pela aplicação das habilidades e funções cada vez mais complexas, foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição e que podem ser vistos artes, quadros de Rafael e estatuas de Thorwasen e a música de Paganini. (ENGELS, 1876, p. 03).

Nessa perspectiva, as mãos como parte integrante do corpo beneficiava como um todo a busca do processo para desenvolvimento da atividade de trabalho, bem como o progresso para o domínio da natureza. Esse desenvolvimento do trabalho ajudou ampliar as possibilidades de horizontes e descobertas do homem em relação à natureza. Dessa forma Engels explica que a acumulação primitiva é o processo histórico que dissocia o trabalhador dos seus meios de produção e é considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista, cuja estrutura econômica e social capitalista nasceu da estruturada sociedade feudal. O processo que produz o assalariado tem como origem a sujeição do trabalhador e marca a transformação da exploração rural para a exploração capitalista nas empresas, em geral, urbanas.

2. O SUDESTE PARAENSE

Uma das características da expansão do capitalismo que demarcam a região é a implantação de grandes projetos minerários, com destaque no período da ditadura militar, mas que continuaram em crescimento por todos os governos após ela.

> Dentre os Grandes Projetos que foram aportados para a região destacam- -se o Projeto Jari, Projeto Grande Carajás, Albrás-Alunorte e Hidrelétrica de Tucuruí. Entre esses, o que mais impacta a região sudeste do Pará é o Grande Carajás, lançado pelos militares com o objetivo difusamente propagado de provocar um crescimento harmônico, gerar novos empregos e pagar os débitos da dívida externa brasileira (Congilio e Ikeda, 2014, p. 83)

Ao mesmo tempo

> (...) a partir de 1985, em paralelo às intensas transformações ocorridas no campo, decorrentes das investidas do capital, acirram-se os conflitos agrários e uma das características fundamentais expressas pelos camponeses, no início desse século, é a organização dos trabalhadores e as reivindicações marcadas por lutas pela posse e a permanência na terra. A partir da década de 1990, principalmente, têm-se uma intensificação dessas lutas e, fruto dela, o número expressivo de assentamentos rurais (Galdino e Congilio, 2020).

Evidências percebidas em pesquisas preliminares, ainda em curso, com detentos, indicam que boa parte da população de presos no CRAMA possui trajetória pessoal que advém de experiências de atividades na roça e denotam que, de alguma maneira, tenham abandonado a referida atividade num processo migratório familiar do campo para as cidades.

Esse processo migratório dos apenados tem uma relação direta com o contexto histórico regional do sudeste paraense que correspondeu ao processo de implementação de grandes projetos econômicos para a região amazônica, o que trouxe muitas consequências para a classe trabalhadora. Para alguns, transformados em força de trabalho excedente, a prisão e o encarceramento parece ter sido o caminho trilhado. Busca-se, nesse artigo, refletir sobre as relações desse processo de encarceramento com as dinâmicas sociais, políticas e econômicas da Região Amazônica, analisando, sobretudo o aumento significativo do número de encarcerados no sul e sudeste paraense a partir do processo de colonização e a implementação dos grandes projetos para a região.

> Assim, muitos pesquisadores têm diagnosticado, em várias partes do mundo ocidental, que as transformações no meio agrícola têm se mostrado socialmente excludentes, provocando uma diminuição das populações rurais bem como o aumento da precarização do emprego para aqueles que lá permanecem. Estudos realizados por diversas áreas do conhecimento (dentre elas a Administração, a Economia e a Sociologia Rural) têm demonstrado que tais transformações mantêm uma estreita relação com a incorporação de novos padrões tecnológicos. Sendo assim, a principal característica desses novos padrões tecnológicos é a exclusão social de uma grande massa de trabalhadores e a precarização do emprego e das relações de trabalho. (BENEDICTO et al. 2007 p.1).

Com fundação no dia 1º de julho de 1996, com capacidade para 180 internos custodiados, atualmente o CRAMA está com a população carcerária de aproximadamente 548 apenados, sendo 20 do regime fechado, 179 do regime

semiaberto, 334 do regime aberto, 03 provisórios e 22 condenados e provisórios. Estes dados internos nos mostram que a referida unidade encontra-se em um estado de superlotação (SEAP, 2020) e, entre outros, refletem importantes transformações pelas quais esta região do Estado do Pará foi submetida nas últimas décadas, marcadas por profundas mudanças, demográficas, econômicas, políticas e sociais.

Segundo Pereira (2017), a região Amazônica, sobretudo no Sul e Sudeste do Pará, a partir dos anos 1970 passa a ter grandes investimentos por parte do governo federal para as atividades de exploração mineral e pecuária. Entre as décadas de 1970 e 1980 os investimentos foram direcionados para a abertura da rodovia Transamazônica e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Por outro lado, "áreas imensas territoriais passam a ser compradas pela indústria mineradora que desestruturam setores de produção agrícola já constituída pela reforma agrária implantada na região por largo processo de lutas dos trabalhadores" (Congilio, 2020).

A região sul e sudeste do Pará possui atualmente, mais de 500 assentamentos que, em condições precárias pela falta de investimentos do Estado para o pequeno produtor rural e acossados pelo grande capital, ainda dinamizam, pela agricultura familiar, boa parte da economia local. Como afirmou Fernandes (1999, p. 269): "A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas" (FERNANDES,2009, p.269).

Por outro lado, como afirma MARQUES, 2003:

> Ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista cria e recria condições para a produção camponesa em determinadas áreas do país, em outras o avanço do processo de privatização e valorização das terras se dá paralelamente à difusão das relações de produção capitalista na agricultura, em detrimento de diferentes formas de existência camponesa. Nestes casos, a reprodução camponesa é cada vez mais ameaçada e as principais estratégias adotadas para enfrentar esta situação têm sido historicamente as seguintes: a migração para novas áreas e a resistência à expropriação por meio da luta. Estas duas alternativas têm na questão do acesso a terra o seu principal motor. (MARQUES, 2003 p. 2/3).

Os grandes projetos de expansão capitalista não foram capazes de garantir postos de empregos suficientes para as famílias empobrecidas que se deslocaram para essa região, tanto incentivadas pelo governo, quanto de maneira espontânea, uma vez que em um determinado período "já não havia necessidade do governo trazer famílias

empobrecidas das diversas regiões do País para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria" (PEREIRA, 2017).

Certamente este imenso contingente populacional que migra para o sudeste paraense tem, historicamente, formado um excedente de força de trabalho que, para sobreviver, tem adotado as mais diversas estratégias. Elas possivelmente vão desde a organização em movimentos sociais de luta pela terra, o trabalho informal nas cidades, até as de cunho criminal.

Possivelmente, não havendo postos de trabalho suficientes em relação às políticas de atração grandemente alardeadas pelo governo, muitas pessoas ficaram sem perspectivas, obrigadas a viverem nas periferias das cidades em condições de vulnerabilidade, sem acesso aos equipamentos básicos para a sobrevivência. As cidades, a exemplo de Marabá, foram formadas por aglomerados de famílias desempregadas e trabalhadores rurais migrantes, com serviços públicos insuficientes que não acompanharam a explosão demográfica ocasionada pelos grandes projetos (PETIT, 2003).

Nesse contexto, o Sul e Sudeste do Pará, especificamente o município de Marabá, é marcado também por profundas transformações direcionadas pelo Estado para a Região Amazônica com o objetivo de ocupar essa região e principalmente integrá-la ao mercado mundial na exploração das riquezas naturais e minerais. Nesse contexto Marabá se torna uma das principais cidades alternativas da Amazônia Oriental dos séculos XX e XXI para quem migra, como explica Pereira (2013):

> Faz-se pertinente compreender a cidade de Marabá não só como espaço para onde diversas pessoas se deslocam para viver as suas relações. Espaço de possível acolhimento para os que não têm lugar. De espaço que se presta à elaboração de sonhos, busca de utopias e de realizações, mas também de decepções e de confronto entre classes, concepções, direitos, temporalidade e de variações linguísticas e de costumes. Assim enquanto espaço indefinido e impreciso, Marabá abre-se como um lugar para a possiblidade para diferentes projetos (PEREIRA, 2013, p. 52).

Para o autor, Marabá, nos inícios de sua fundação, se caracterizou como uma cidade acolhedora, pois proporcionava atividades laborais como a coleta da seringa e castanha do Pará e a garimpagem de diamantes e cristais, atividades que atraíram pessoas de várias regiões do país. Mas esse acolhimento também proporcionou a urbanização desordenada, gerando ocupações de áreas que não seriam habitáveis devido à cheia dos rios Tocantins e Itacaiúnas, precarizando assim as condições de moradia com vasta escassez de equipamentos urbanos e outras necessidades básicas.

O autor intitula seu estudo sobre Marabá como a “Cidade Invisível” por vários aspectos característicos dessa ocupação demográfica desordenada em que a cidade fora submetida, ou seja, as pessoas que migraram para Marabá foram se adaptando às mais variadas formas de vida e sobrevivência e ocupando áreas que criaram bairros periféricos distantes dos equipamentos urbanos como escola, hospitais e transporte coletivo. Conquistas posteriores desses equipamentos em alguns bairros os tornaram atrativos para a especulação imobiliária e trouxeram pessoas de maior poder aquisitivo, expulsando os de baixa renda para áreas mais distantes dos centros da cidade.

Por outro lado:

> (...) as grandes extensões de terra na Amazônia e a política de colonização do Estado de “terras sem homens para homens sem terras”, articularam políticas de atração não apenas para o capital, mas também de grande contingente populacional necessário como força de trabalho para as imensas obras de infraestrutura que se implantavam na região. O governo da ditadura militar tirou bom proveito das tensões sociais que agitavam o nordeste brasileiro, causadas pelo crescimento da posse latifundiária e agravadas pela seca. Combinou as atividades econômicas na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra e promoveu grandiosas campanhas e facilidades de transporte, atraindo trabalhadores com a promessa de planos para a reforma agrária, especialmente no eixo de construção da rodovia Transamazônica. A reforma agrária prometida nunca se concretizou, como observaram muitos estudiosos da região (Congilio e Ikeda, 2014, p.82).

Marabá que crescia em função da economia da castanha sofreu mudanças territoriais profundas em favor da viabilização do novo modelo de desenvolvimento planejado pelos militares para a Amazônia.

> No decorrer da década de 1970, o governo da ditadura lançou a palavra de ordem “integrar para não entregar” e se intensificou, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros, além da agropecuária extensiva, a ocupação amazônica, em franca oposição aos povos originários - comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas. As oligarquias exportadoras da castanha no sudeste paraense também teriam que se conformar aos desígnios do poder central para a região (Congilio e Ikeda, 2014, p.80).

A Chegada do Estranho de Martins (1993) discorre sobre a situação social na Amazônia e os impactos com a chegada dos grandes projetos ao tratar sobre conflitos, violências, expropriação e espoliação de camponeses e indígenas. A economia mineral foi o motor dessa expansão do capital. Assim, a paisagem da cidade se modificou com o deslocamento do centro comercial, centralizado na Marabá Pioneira, para o corredor das novas estradas abertas, como por exemplo, a Transamazônica. Com essa mudança os proprietários de terras influenciaram na forma de expansão da cidade usando seu poder econômico e político.

As políticas de desenvolvimento para a região nos anos 1960 e 1970 estabelecem a integração da Amazônia à economia nacional. O território de Marabá sofreu mudança abrupta em sua estrutura urbana e rural com a transformação dos castanhais em fazendas para criação de gado e com a atividade madeireira. Novos empreendimentos, novas estradas, pontes, ruas e loteamentos tornam a configuração do espaço totalmente modificado; uma migração crescente força o surgimento de novos bairros. A abertura da estrada: PA. 70, atualmente a (BR 222) ligando a estrada Belém Brasília (BR 153) à cidade de Marabá e a rodovia Transamazônica (BR 229) favoreceu substancialmente a chegada de uma nova população à cidade, que disputou o espaço rural e urbano loca. (PEREIRA, 2013).

Segundo este estudo esse novo contingente populacional se relacionará com a cidade através da permanente procura de emprego e alternativas de meios de vida na região. Sua mobilização no espaço será entre o campo e a cidade; para alguns no retorno à atividade agrícola, para outros, no mercado informal, ao lado de uma dinâmica acelerada do investimento do capital automobilístico, de serviços, e da especulação imobiliária que irá pressionar à população mais pobre aos locais mais distantes de moradia. Outra parcela da população se converteu em trabalhadores do setor industrial metalúrgico, emergente nos anos 1980 com o Projeto Grande Carajás – (PGC). O investimento do PGC, voltado para a industrialização com a extração de ferro, foi na verdade indutor de grandes problemas para a região e para a cidade de Marabá, à medida que pouco ajudou a melhorar o desenvolvimento urbano como na questão da segurança pública, do lazer, da moradia, do saneamento básico e da cultura.

3. O CAMPESINATO

Deste contingente populacional atraído pelo apelo de colonização governamental, nem todos galgaram os “benefícios” dos grandes projetos implementados na região e passaram a se relacionar com a cidade de Marabá através de uma permanente procura de emprego e alternativas de vida; sua mobilização no espaço será entre o campo e a cidade. Para alguns, o retorno à atividade agrícola, para outros o mercado informal e, consequentemente, uma significativa parcela dessa população começa a viver em situação de exclusão risco e vulnerabilidade, acirrando as contradições entre interesses públicos e investimentos capitalistas privados.

(De Paula, 2013, p. 89), escreve que “Resumidamente, denominamos como “grande projeto” a objetivação dos empreendimentos do capital em seu conjunto e o modo como se territorializam em múltiplas escalas. Da intensificação da exploração dos bens naturais e construção de infraestruturas correspondente, até aqueles voltados para as obras de re-urbanização [...]” Já Petras (2003) reflete que, depois da metade da década de 1970, termos como "reforma agrária", "cooperativas", "política redistributiva" e outros associados com as lutas camponesas, perderam lugar para a linguagem da "modernização", "forças de mercado", "estratégias de exportação" e destaca o papel do Estado nesse contexto:

> Os Estados Unidos estavam interessados em acabar com a agricultura baseada no pequeno produtor e intensificar a agricultura capitalista para o mercado internacional, utilizando insumos caros (fertilizantes, pesticidas, sementes, maquinário). O Brasil foi a vanguarda desta estratégia. Os ditadores militares do país promoveram a profissionalização da produção em grande escala para a exportação de itens como a soja, café e suco de laranja. A repressão militar aos movimentos sociais do campo e a eliminação da reforma agrária, conduziram a uma intensa diminuição da população do campo e a migração massiva destas pessoas para as favelas e periferias das grandes cidades (PETRAS, 2003, p. 5-6).

Isso nos remete ao que concordamos com Massaro (2014) na concepção de que a população carcerária no Brasil é representativa da estruturação social excludente. No caso de Marabá, grande parte dos excluídos é de origem camponesa, uma vez que a luta pela terra é uma característica marcante no sudeste paraense, com a conquista de cerca de 510 assentamentos rurais na região.

Contudo, uma das grandes consequências pela expansão dos grandes projetos minerários no sudeste paraense tem sido o aumento dos conflitos que resultam em expropriação e proletarização de camponeses e comunidades indígenas e ribeirinhas, ocasionando a desestruturação de agrovilas e de sociabilidades anteriormente estabelecidas. Isso tem se desdobrado também no inchaço populacional urbano, ocupação de espaços com empreendimentos empresariais (duplicação dos trilhos da VALE S.A. e especulação imobiliária entre outra) o que constitui bairros densamente povoados.

Contudo, como explica Marques (2008, p.65):

> O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo

> e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

No sudeste paraense, conforme relatam Rodrigues e Congilio (2020, p.73):

> De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2018), o projeto político e econômico que vem se desenvolvendo na região age estrategicamente na tomada de áreas ocupadas por famílias tradicionais com o objetivo de se apropriar não somente dos bens naturais como também da vida daqueles que resistem nesses territórios.

E complementam (idem, p.75):

> No caso do sudeste paraense, as relações de conflitos são constantes, pois a região está inserida na grande floresta amazônica, com grande potencial de recursos naturais, o que justifica os altos investimentos de diferentes setores da economia. Assassinatos de indígenas e lideranças camponesas têm se tornado rotina naturalizada no cenário nacional.

De forma recorrente, a classe rural camponesa no sudeste do Pará tem sido expulsa de suas terras e expropriada dos seus meios de produção, lançadas no mercado de trabalho em busca de subsistência. Isso nos lembra Marx, (V. II, 2088) ao expor a acumulação primitiva do capital e o que ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI com a dissolução do feudos, quando as lavouras dos agricultores foram transformadas em pastagens e eles foram expulsos de suas habitações. O capitalismo conta, assim, desde os seus primórdios, com milhares de camponeses expulsos do campo a implorar trabalho nas cidades e sujeitos à violência (MARX, Vol. II, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão e a vulnerabilidade social constituem elementos que favorecem violência e criminalidade. Daí para o sistema carcerário é bem curto o caminho. Isso se evidencia, sobretudo, no aumento significativo do número de encarcerados no sul e sudeste paraense a partir do processo de colonização e a implementação dos grandes projetos para a região nas últimas décadas. Isso tem exigido dos governos frequentes investimentos e ampliação do número de vagas no sistema penal.

Este artigo se firma nos pressupostos de pesquisas preliminares, ainda em curso, que indicam que boa parte da população carcerária que se estabelece no sudeste do Pará nas últimas décadas advém de uma trajetória social e familiar de origem camponesa, e que a exclusão e a vulnerabilidade social constituem elementos que favorecem a violência e a criminalidade que atingem uma camada social excluída de origem rural e que busca nas cidades trabalho e emprego, submetendo-se as

condições precárias e desumanas para a sobrevivência. A partir daí, para muitos, o caminho do crime, das contravenções e ao encarceramento parece ser o caminho a percorrer.

A pesquisa em curso parece reafirmar a importância de politicas sociais de trabalho no campo, de forma a assegurar a dignidade das populações camponesas e que possam diminuir a chance de que esses sujeitos cheguem às cidades sem emprego e trilhem o caminho da prisão. Os movimentos sociais resistem em lutas ferrenhas contra o grande capital que proletariza, cada vez em maior quantidade, populações tradicionais e camponesas. Nessa luta desigual, o estado do Pará permanece há tempos como o que mais assassina lideranças camponesas e, os que matam, via de regra, são absolvidos nos tribunais (Comissão Pastoral da Terra, 2019). Lutadores do campo e da cidade precisam se unir em ações imediatas por educação rural para a assistência técnica, políticas de construção de estradas e meios de escoação para os produtos da agricultura familiar e subsídios estatais a maquinários, a exemplo dos que são dados ao grande capital. A palavra de ordem proposta neste artigo é Reforma Agrária e completa, Já!

REFERÊNCIAS

BENEDICTO, Aline M. P. S. et. al. Precarização das Relações do Trabalho Rural no Brasil: Uma Abordagem Histórico-Analítica. In**: I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho** Gpr. Natal/RN, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balanço da Questão Agrária no Brasil 2018**. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/67-espaco-para-imprensa/14136-tabela-comparacao-dos-conflitos-no-campo-brasil-2009-2018?Itemid=0 > Acesso em: 09/05/2019.

CONGILIO, C.R.,IKEDA, J.C. O. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.79-90, jan./jun. 2014.

DE PAULA, Elder Andrade. O Grande projeto: quando destruição/conservação convertem-se em “oportunidades de negócios”. In: **COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**: Conflitos no campo – Brasil 2012. Goiânia: CPT, 2013.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1876. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>. Acessado em 12 de agosto de 2018.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FOUCAULT, Michel**. Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém, 2004. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2014 disponível em https://mundogeo.com/2014/08/28/ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2014/, acessado em 20/07/2020.

MARQUES, M. Campesinato e a luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARX, Karl. **O Capital:** critica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. O Processo Global da Produção Capitalista, In: **O Capital**: Crítica da economia política. Livro III:. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASSARO, Camila Marcondes. **Trabalho em Tempos de Crise**: a superexploração do trabalho penal nos Centros de Ressocialização Feminino do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras Unespe/Araraquara, Araraquara, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e Conflitos na Transamazônica em Tempos de Ditadura Civil-Militar Brasileira. In: PEREIRA, Airton dos Reis et.al. (org). **Cultura e Dinâmicas Socais na Amazônia Oriental Brasileira**. Belém:Paka-Tato, 2017. P. 143-167.

_____. A Cidade Invisível de Marabá. In PEREIRA, Airton dos Reis et. al.(org). **VI Simpósio Internacional de História**: culturas e identidades, realizado em Goiânia (GO), 2013.

PETIT, P. **Chão de Promessas:** Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PETRAS, James. Política agrária dos EUA para a América Latina. Textos (2003). Disponível <http:/www.mst.org.br/> Acesso em: 20 abr. 2019.

RODRIGUES, Silvio G; CONGILIO C.R. O camponês como sujeito histórico: o conceito social trabalho e a luta de classes in Moreira, E.S.; Teixeira, S. e Repetto M. (orgs.) **Diálogos críticos sobre Sociedade e Estado: reflexões desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia**. Boa Vista : Editora da UFRR / Campos dos Goytacazes : EDUENF, 2020.

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Mais de 700 detentos são atendidos em mutirão da Susipe em Marabá e Tucuruí, disponível em http://www.seap.pa.gov.br/noticias/mais-de-700-detentos-s%C3%A3o-atendidos-em-mutir%C3%A3o-da-susipe-em-marab%C3%A1-e-tucuru%C3%AD, acessado em 20/06/2021.

WACQUANTE, Loic. **As prisões da miséria:** sabotagem. Tradução André Telles. Zaahar, Rio de Janeiro, 1999.